

“Vítimas do fascismo”. Os camponeses e a dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)**

Este artigo procura identificar a importância do nexo “camponeses-fascismo” no universo de sentidos que a ruralidade adquiriu no contexto das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975). Camponeses e fascismo constituem o eixo de um edifício argumentativo promotor de uma imagem negativizada de Portugal, com ampla circulação no período da transição democrática.

Palavras-chave: camponeses; fascismo; revolução; Movimento das Forças Armadas.

“Victims of Fascism”. The peasants and the Armed Forces’ Movement cultural campaigns (1974-1975)

This article seeks to uncover the significance of the “peasant-Fascism” nexus in the world of meanings acquired by rurality in the context of cultural and civic action campaigns conducted by the Armed Forces’ Movement (MFA — *Movimento das Forças Armadas*) in 1974-1975. Peasants and Fascism are the two poles of an argument that projects a negative image of Portugal, much publicized at the time of the transition to democracy.

Keywords: peasants; Fascism; revolution; Armed Forces’ Movement.

No número comemorativo dos trinta anos do 25 de Abril de 1974, *O Inimigo Público*, suplemento humorístico do jornal *Público*, divulga um artigo sobre a acção das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (MFA) no concelho de Nisa, intitulado “Todos ao salão paroquial para aprender etiqueta revolucionária”. O artigo, com a ironia característica deste suplemento, noticia que “O MFA envia o 2.º tenente de artilharia Pereira para explicar a Revolução ao campesinato

* Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26, 1069-061, Lisboa, Portugal. e-mail: asv@fesh.unl.pt.

** O presente artigo inclui uma das dimensões analisadas no quadro da minha tese de doutoramento em Antropologia, *A Ruralidade na Transição Democrática Portuguesa. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*, ISCTE, 2007, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Resulta de uma comunicação apresentada no XXIV Encontro da Associação Portuguesa de História

que, ano e meio depois do 25 de Abril, ainda não percebeu o que se passa”. O mesmo militar “vai projectar acetatos para, de forma simples e acessível, explicar que o MFA acendeu a luz sobre a longa noite fascista [...] O quadro programático do MFA para Nisa inclui lições de etiqueta revolucionária à mesa. Por exemplo: talheres de carne e peixe é fascizante; comer tudo à colherada é que é igualitário”¹.

O tom caricatural desta notícia traduz a problemática do presente artigo, que pretende identificar a importância do nexó “camponeses-fascismo” no universo de sentidos que a ruralidade adquiriu no contexto das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Camponeses e fascismo constituem o eixo de um edifício argumentativo promotor de uma imagem negativizada de Portugal, ou seja, é a partir da ruralidade “a norte” que os protagonistas desta iniciativa tematizam os múltiplos atrasos que o regime ditatorial imprimiu ao país.

Ao analisar os discursos produzidos por Salazar, José Gil assegura que a linha retórica que os caracteriza repousa na “produção do silêncio” (1995, p. 42). Invertendo o título desta obra, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, importa sublinhar que durante a transição democrática portuguesa predominou a retórica da visibilidade, que dialogou com os conteúdos de um passado ditatorial, denunciando-o² e tornando-o público, num processo de consolidação e legitimação da agenda política do MFA.

“EM NOME DA SALVAÇÃO DA PÁTRIA”

O MFA apresentou-se ao país através do seu Programa “[...] na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria [...]”³. Segundo Ferreira (2001), o *Programa do Movimento das Forças Armadas* poderá ser interpretado como o estabelecimento pelos militares de objectivos nacionais derivados dos “estudos de

Económica e Social (painel “Sociedade rural; resistência e mudança no Estado Novo”) em Novembro de 2004. A todos os que participaram nesta sessão agradeço os comentários que muito contribuíram para consolidar algumas linhas de reflexão.

¹ *Inimigo Público*, suplemento do jornal *Público*, ano xv, n.º 5143, 23-4-2004, p. 3.

² A par das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram desenvolvidas entre os anos de 1974 e 1976 outras iniciativas que também protagonizaram este movimento de denúncia: as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária (Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses), o Serviço Ambulatório de Apoio Local, o Serviço Cívico Estudantil, o Serviço Médico à Periferia e o Movimento Alfa (organizado pela União de Estudantes Comunistas).

³ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, s. d. (1974), p. 1, Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional (em organização), caixa 6355.

situação estratégica” elaborados durante os cursos de Estado-Maior nos anos 60 e 70, que levaram a jovem elite das Forças Armadas a tomar conhecimento das fragilidades do país em áreas como a educação, a saúde, a ciência e tecnologia e a economia. De facto, o *Programa do MFA* pauta-se por uma vincada preocupação com a resolução dos problemas básicos das populações e com a diminuição das suas carências mais graves, atribuindo ao Governo Provisório o lançamento dos fundamentos de:

“[...] uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas das populações até agora mais desfavorecidas [...]” e de “[...] uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa do interesse das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses [...]”⁴.

Este documento reflecte ainda a mudança de objectivos da instituição militar. O binómio território-população, estruturante na definição do poder nacional das Forças Armadas, adquire novos contornos com a transição democrática. A instituição militar abandona, nesta conjuntura, a defesa territorial do “Portugal Uno e Indivisível” (Ferreira, 1993, p. 100), com as suas províncias ultramarinas, encontrando na sua população o elemento fundamental do seu sistema de defesa e elegendo o bem-estar da população como um objectivo a alcançar.

A relação do MFA com os movimentos sociais obteve a sua materialização mais profunda nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, que devem ser perspectivadas no contexto do *Programa do Movimento das Forças Armadas* e no quadro da transformação do MFA em “imaginário social de libertação, em centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e contra a injustiça” (Santos, 1992, p. 60).

Contudo, o projecto de dinamização cultural e acção cívica só viria a materializar-se após o 28 de Setembro de 1974, com o afastamento do general António de Spínola da Presidência da República, em resultado das divergências com o MFA em torno da questão colonial e da condução do próprio processo de transição. Este momento marca, segundo vários historiadores (Reis, 1994; Sánchez Cervelló, 1995, 1996 e 2000; Rezola, 2002), o início de uma nova fase no processo revolucionário português, reflectindo-se na própria génese das campanhas de dinamização, uma vez que Spínola oferecia algumas resistências a esta proposta da agenda revolucionária. Já o posicionamento de Costa Gomes é visto de forma positiva pelos protagonistas entrevistados no quadro da investigação realizada, apesar de o mesmo ter

⁴ *Ibid.*, 2, p. 3.

colocado algumas reservas iniciais quanto à exequibilidade desta iniciativa⁵. Neste sentido, o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves afirma:

Nós tivemos muitas dificuldades em começar a implantar essa acção. [...] Porquê? Porque essa gente da direita, essa gente do grande capital, essa gente do poder económico e o próprio clero, mais tradicionalista e reaccionário viram nisso logo uma grande ameaça ao exercício do seu próprio poder. Quer dizer o Spínola não gostava nada da Dinamização Cultural. Não combatia aquilo directamente, mas não proporcionava meios. O General Costa Gomes era um homem com outra abertura.

Portanto, a Dinamização Cultural foi vista com uma grande apreensão pelos sectores de direita das Forças Armadas nomeadamente o general Spínola, e só se pôde dar um impulso à Dinamização Cultural depois do 28 de Setembro. Antes do 28 de Setembro foi com muitas dificuldades que se arranjavam materiais, que se arranjavam viaturas que se arranjava tudo isso. Depois do 28 de Setembro é que se deu o grande impulso à Dinamização Cultural e o grande impulso foi dado, como sabe, pelo comandante-médico, que até fazia versos e era poeta, o Ramiro Correia. Mas isto tudo está ligado. Era um homem, um idealista, um idealista no bom sentido. Mas esta missão era uma missão extraordinária para as nossas possibilidades porque isto estendia-se a todo o país⁶.

No seio da própria Comissão Dinamizadora Central (CODICE), estrutura da 5.^a Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), que tutelou as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica, um dos seus responsáveis reforça esta imagem de Spínola:

Sempre se opôs às campanhas [...] era uma pessoa que tinha uma visão tradicional do que era a revolução e não estava interessado. Avançámos e começámos em Outubro de 74. Era uma acção que começava do zero, mas em conversas com os militares que estariam na 5.^a Divisão, na divisão de divulgação e propaganda entendeu-se que era absolutamente incoerente havendo um Programa do MFA, que os militares não fossem eles próprios a expor esse programa uma vez que vinham com um carácter completamente novo, contra um regime que até aí eram tidos pelo menos, de uma visão mais geral, como suporte [...] ⁷.

⁵ Em entrevista a Cruzeiro, Costa Gomes afirma: “Ao princípio reagi contra a formação das comissões culturais, porque considerei que a sua composição, essencialmente militar, não oferecia as condições políticas, intelectuais e técnicas em ordem a um trabalho válido, de alerta, de elevação dos níveis das populações e, sobretudo, de consciencialização política. Não foi, pois, de caras que acedei à constituição dessas comissões” (Cruzeiro, 1998, p. 263).

⁶ Cassete n.º 6, 2000.

⁷ Cassete n.º 2, 1999.

Aliado às resistências “spinoлистов” relativamente ao projecto da dinamização cultural, os responsáveis pelas campanhas apontam ainda como dificuldade inicial o facto de “a vida cultural” se encontrar “perfeitamente ancilosada e dispersa” (Correia *et al.*, s. d., p. 32).

Neste contexto, só passados seis meses do dia 25 de Abril de 1974 é que o *Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político* é tornado público em conferência de imprensa realizada em Lisboa, no Palácio Foz. Em colaboração com a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos (dependente do Ministério da Comunicação Social), é atribuída à CODICE a missão de lançar e coordenar as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA⁸, com a finalidade de “preencher o vácuo cultural e de informação política existente em todo o país, com maior incidência em certas zonas” (Correia *et al.*, s. d., p. 21). Neste acto de apresentação, Ramiro Correia, primeiro-tenente médico naval, a quem é atribuída a paternidade desta iniciativa pelo sector militar, define os objectivos do *Programa de Dinamização Cultural*:

Pensamos que não podemos perder mais tempo na desmontagem da estrutura fascista. As Forças Armadas recusam completamente a política cultural fascista e procuram contribuir com todos os meios possíveis para que se ultrapasse a presente situação. Procuraremos revitalizar tudo o que o fascismo perseguiu e degradou e procuraremos ir a todos os lugares levar as nossas vozes, levar as ferramentas que permitam interessar todos os portugueses na construção do país. Este Programa de Dinamização Cultural tem duas finalidades: a primeira é coordenar e apoiar imediatamente todas as associações culturais do país, de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território, rede cultural essa, que será a base de uma futura vida cultural portuguesa. Em segundo lugar, vamos procurar actuar politicamente com uma presença efectiva de militares junto da população, pensando nós que esta presença dos militares permitirá o esclarecimento das razões que levaram o país à situação lamentável em que se encontra. Permitirá o esclarecimento do Programa do Movimento das Forças Armadas, visto que nós constatamos que a 10 km fora das cidades ninguém sabe o que se passou no país devido à situação de indigência política em que nos encontrávamos. Permitirá também a discussão das vias do futuro e criará condições para uma participação efectiva e ampla do povo português na construção do país que todos desejamos⁹.

⁸ Esta iniciativa surge referenciada de diferentes maneiras nos documentos consultados: “Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico do MFA”, “Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político do MFA” e ainda “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA”. Optei por utilizar esta última designação, uma vez que cristaliza as duas dimensões principais desta experiência e reflecte as alterações que a sua estrutura coordenadora sofreu no processo de transição democrática.

⁹ RDP, Arquivo Histórico, AHD5847, faixa 5, 25-10-1974. Estas declarações baseiam-se numa directiva da 5.ª Divisão/EMGFA que institui oficialmente a CODICE, elaborada no início de Outubro de 1974.

Importa sublinhar que a presença de alguns membros do aparelho do Estado, como o director-geral da Cultura Popular e Espectáculos e o secretário de Estado da Comunicação Social, conjuntamente com os elementos da CODICE, é reveladora da orgânica que inicialmente iria nortear o *Programa de Dinamização Cultural*. O organigrama anexo a este documento revela uma estrutura bipartida, em que os militares, a sociedade civil e alguns organismos do Estado, sob a direcção máxima do primeiro-ministro e do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, partilham a responsabilidade das acções a realizar, surgindo a CODICE como figura aglutinadora das componentes militar e civil.

Este acontecimento obteve eco junto da imprensa nacional e regional, que, a partir desta data, vai acompanhar a CODICE nas suas iniciativas, entrevistando os seus protagonistas, desvelando o Portugal rural, destino privilegiado das campanhas. O *Diário de Notícias*¹⁰ publica um artigo intitulado “Com vista à evolução do país nos caminhos da democracia o MFA intervém directamente na Campanha de Dinamização Cultural e de Esclarecimento Político das Populações”, no qual dá conta das ideias basilares do documento apresentado: “evolução” de forma a fazer face ao “subdesenvolvimento cultural”. O *Programa de Dinamização Cultural* contemplava, assim, as seguintes linhas:

- a) Luta anti-fascista;
- b) Esclarecimento do Programa do MFA;
- c) Apoio às F. A;
- d) Isenção partidária;
- e) Análise e discussão da problemática nacional;
- f) Inteligência Política de actuação, considerando que cada comunidade possui uma cultura própria que não deve ser agredida. Pretende-se levar informação e estabelecer um diálogo que permita a participação no processo de democratização em que o País se encontra envolvido a partir dos problemas efectivamente vividos por essa comunidade”¹¹.

A dinamização cultural tem início em Outubro de 1974, permanecendo algumas equipas no terreno até ao princípio do ano de 1976, apesar de a sua estrutura organizativa central ter sido extinta a 26 de Novembro de 1975.

Nos dois meses subsequentes à apresentação do *Programa de Dinamização Cultural* assiste-se à descentralização da CODICE em comissões regio-

¹⁰ *Diário de Notícias*, 26-10-1974, p. 5.

¹¹ Estado-Maior-General das Forças Armadas, 5.ª Divisão, Programa de Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Central, s. d. (1974), p. 1 (Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional, em organização, caixa 6388).

nais e distritais. Prevendo este documento uma actuação em todo o território nacional, estas comissões foram instituídas em cada uma das regiões militares do continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira, integrando três elementos das Forças Armadas, representantes das associações culturais locais e de alguns organismos do Estado.

Até ao 11 de Março de 1975, as campanhas obedecem a um modelo itinerante, possibilitando o levantamento das principais carências das populações, tendo-se privilegiado as sessões de esclarecimento, para as quais se recorria à representação de uma peça de teatro ou à projecção de um filme, como modo de actuação. Sob esta matriz foram realizadas as acções no distrito da Guarda (de 25 de Novembro a 7 de Dezembro de 1974) e nas regiões de Bragança, Vila Real, Lamego e Viseu, campanha que foi designada “Operação Nortada” (de 6 a 21 de Janeiro de 1975).

No mês de Janeiro têm início mais duas campanhas. Uma terá como destino o distrito de Castelo Branco (de 24 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1975) e a outra, denominada “Operação Verdade”, o Alto Minho (de 31 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1975). Durante o mês de Fevereiro a CODICE e as suas estruturas regionais e distritais continuam a promover sessões de esclarecimento em todo o país, nas quais se destacam a “Operação Alvorada” (concelhos de Ponte de Lima, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura) e a “Operação Povo Culto” (concelhos de Tavira, Castro Marim e Alcoutim). No primeiro dia de Março de 1975 arranca oficialmente a “Acção Atlântida” para o arquipélago dos Açores, com duração prevista até 17 de Março do mesmo ano. Contudo, esta campanha viria a ser suspensa devido aos acontecimentos do 11 de Março de 1975.

Importa sublinhar que é a partir da “Operação Nortada” que a eficácia do modelo itinerante começa a ser posta em causa pelos próprios militares, que repensam a tipologia de actuação:

Verificou-se que, em termos de esclarecimento, uma acção que não permita a fixação dos militares no terreno, embora motive a discussão aberta, não realiza factos concretos, permitindo a rápida exploração dos erros cometidos e a consequente recuperação pelas forças reaccionárias. No que se refere à Dinamização Cultural provou-se que, embora com aspectos positivos, a simples passagem de um meio de animação como o teatro ou o cinema, mesmo em terras que raramente tiveram essa oportunidade, pouco vai deixar como semente que desperte o interesse para o ressurgimento de actividades locais [...] [Correia *et al.*, s. d., pp. 41 e 44].

O 11 de Março de 1975 vai desencadear, porém, a reestruturação das campanhas de dinamização cultural, às quais é acrescentada uma nova dimensão: a acção cívica. Em Correia *et al.* (s. d.) é fundamentada esta nova

etapa pelas experiências das acções anteriores, fazendo-se a apologia das campanhas de longa permanência, caracterizadas pela fixação de meios técnicos e culturais:

Entretanto, o tempo para a explicação do que fora o 25 de Abril é rapidamente ultrapassado, tal a dinâmica que caracterizou este período do processo de transformação. Largos sectores da população fazem a sua opção, tornando difícil aos militares manterem-se em campanhas apenas com acções verbais e pouca capacidade de concretização. O aparecimento de uma nova fase — dinamização cultural e acção cívica — reflecte a urgência que se sentia em consolidar o que fora dito, com acções práticas, movimentando o enorme potencial humano e material das Forças Armadas, tornando rentável a sua utilização, arrastando ainda a pesada máquina do Estado, através da pressão que os militares exerciam no terreno pelo exemplo, e criando necessidades em muitos sectores tradicionalmente imobilistas [Correia *et al.*, s. d., p. 53].

Esta “mudança de rumo” (*Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-75*, 1984, p. 109) é formalizada num outro acto público promovido pela CODICE a 17 de Março de 1975, onde paralelamente se anuncia a campanha Beira Alta, a primeira a testar o novo modelo de actuação. As campanhas realizadas sob a égide da “acção cívica” desenvolveram-se em várias fases, permanecendo no terreno durante vários meses. A acção realizada no distrito de Viseu estará em curso durante um ano¹² (de 20 de Março de 1975 até ao 1.º trimestre de 1976). A campanha “Maio-Nordeste”, realizada no distrito de Bragança, decorrerá durante cinco meses (tem início a 17 de Maio de 1975 e é suspensa em Outubro desse ano). A campanha que decorreu no distrito da Guarda já em pleno *Verão Quente*, protagonizada pela Academia Militar, constitui uma excepção a este novo modelo, tendo durado apenas vinte dias (de 15 de Julho a 4 de Agosto de 1975)¹³.

A par de um amplo trabalho de esclarecimento político, de intervenção no campo das infra-estruturas, dos cuidados médico-sanitários, e na área da veterinária, levado a cabo pelo sector militar, a dinamização cultural contem-

¹² Não consegui obter a data exacta do *terminus* desta campanha. Uma das acções decorreu no concelho de Castro Daire, onde as equipas actuaram por um período correspondente a um ano, como assinala um ofício assinado pelo adjunto do CEMGFA e dirigido ao Estado-Maior do Exército (datado de Agosto de 1976): “1. Julga-se que a mais prolongada experiência de Acção Cívica teve lugar na região de Castro Daire onde permaneceu durante mais de um ano uma equipa militar que foi variando de composição ao longo do período” (Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional, em organização, caixa 6318).

¹³ Importa sublinhar que ainda esteve prevista a realização de uma campanha no Alentejo que viria a ser suspensa devido à extinção da CODICE a 26 de Novembro de 1975.

plou outras áreas culturais, como as artes plásticas e gráficas, o teatro, o cinema, a música, a dança e o circo.

Como afirmou um dos protagonistas desta iniciativa, “não foram só os militares que fizeram as campanhas de dinamização”¹⁴. Esta afirmação ilustra a valorização e o sentimento de pertença dos intelectuais relativamente a esta iniciativa. Esta parceria é concebida como uma alteração radical no quadro geral da transição de regimes, sendo frequentemente invocada a excepcionalidade do caso português não só por ter sido protagonizado por militares, como também por estes terem preocupações de âmbito cultural¹⁵, uma vez que o sector militar era tido como tradicionalmente avesso às artes no sentido lato:

A Dinamização Cultural tem uma contradição. Contradição maior é que artistas e militares é coisa que não é gerível, não é possível fazer cultura com os militares atrás. Em Portugal foi possível com algum trabalho cultural independente e autónomo [...] Enquanto os artistas pretendiam apenas continuar as suas obras de arte como tinham feito na resistência e como continuaram a fazer depois das campanhas, os militares tinham alguma pressa, e alguma razão em ter alguma pressa, em sedimentar os conceitos de representatividade, da participação democrática das pessoas¹⁶.

O estabelecimento de uma “rede cultural” em todo o país através da renovação das associações culturais locais constituía outra das prioridades da dinamização cultural. Contudo, como afirmou Ramiro Correia, “não houve aquela explosão cultural que se poderia esperar” (Correia *et al.*, s. d., p. 32), apontando como justificação principal o facto de a vida cultural existente ser “de negação e não de afirmação” (Correia *et al.*, s. d., p. 32). Desta forma, o MFA, projectado para uma posição de vanguarda, cria os seus próprios meios de penetração, visando colmatar a ausência de instituições transmissoras de cultura, procurando actuar como mediador cultural. Na óptica de Eduarda Dionísio, as campanhas foram o primeiro sintoma de que “a revolução também seria cultural”, congregando ideias que iam desde a

¹⁴ Cassete n.º 15, 2000.

¹⁵ Neste sentido, refira-se o apelo directo do então primeiro-ministro Vasco Gonçalves no I Congresso dos Escritores Portugueses, realizado a 11 de Maio de 1975: “Eu penso que a nossa Revolução necessita dos senhores. É indispensável o trabalho dos intelectuais [...] É um convite, é um pedido, é uma solicitação que o Conselho da Revolução vos faz; venham para o pé de nós contribuir para a Revolução do Povo Português. É essa a missão que aqui me traz [...] Eu, de facto, gostei imenso de ouvir dizer que querem colaborar com a Dinamização Cultural das Forças Armadas, era isso que eu estava para vir pedir. Era que fossem para a nossa dinamização cultural” (Gonçalves, 1976, pp. 203, 205 e 210).

¹⁶ Cassete n.º 10, 2002.

“arte para o povo” até ao florescimento das “vanguardas”, passando pela reabilitação da arte popular ou pela divulgação dos “grandes autores” (1994, p. 452).

E logo a partir do início de Maio de 1974 o MFA procura o apoio dos intelectuais portugueses e das associações culturais das várias zonas do país (Correia *et al.*, s. d., pp. 168-169) no sentido de promover e cimentar uma colaboração no quadro das campanhas de dinamização, o que manifestava uma nova atitude face à intelectualidade portuguesa. Neste processo de mudança de regime, urgia pensar e construir um projecto cultural nacional, no qual pela primeira vez lhe era atribuído um claro protagonismo. Este projecto será a “descentralização cultural”¹⁷, materializada pelo MFA através das campanhas que procuravam “reanimar os portugueses culturalmente” e arrancá-los “do seu *paradiso*” (Wallenstein, 1974).

Enquadrado pela designação de “intelectuais”¹⁸, o sector civil da CODICE constitui um grupo heterogéneo oriundo das diferentes áreas culturais estabelecidas no próprio *Programa de Dinamização Cultural*. Neste documento é referenciada a utilização de “um filme, teatro, ou qualquer outro meio de animação cultural”¹⁹ como modo de actuação e motivação das populações, tornando o encontro com os militares mais seguro e “menos árido”²⁰. De facto, para os militares, a utilização inicial de “objectos culturais” integrava uma estratégia de aproximação às populações que visava tornar atractiva a mensagem do MFA, ainda que pensada no âmbito de um modelo itinerante de campanhas, reformulado numa fase posterior com a fixação no terreno de meios técnicos e culturais.

Porém, para os protagonistas “civis”, a sua participação foi desde o início percebida como uma oportunidade de partilhar os objectivos e as práticas do que estavam a fazer naquele momento, porque defendiam que as formas de linguagem eram universais, isto é, que todo o objecto artístico, desde que esteticamente universal, era percebido por todas as camadas da população. Se o discurso do MFA apontava para uma “revolução cultural” (Correia *et al.*, s. d., p. 242) entendida como grande ruptura, os intelectuais procuravam dar continuidade aos seus trabalhos, encontrando nas campanhas de

¹⁷ A descentralização cultural não foi proposta exclusiva da CODICE. Wallenstein (1974) faz referência a um “clamor unânime”, que reclamava a indispensabilidade da “animação cultural, descentralização cultural, animação sociocultural e dinamização cultural” (1974, p. 78), oriundo de sectores diversificados da vida cultural portuguesa e do próprio governo provisório.

¹⁸ Parto da concepção de intelectual proposta por Sirinelli e Ory (2004 [1987], p. 15): “l’intellectuel sera donc un homme du culturel, createur ou mediateur, mis en situation d’homme du politique, producteur ou consommateur d’ideologie”.

¹⁹ Estado-Maior-General das Forças Armadas, 5.ª Divisão, Programa de Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Central, s. d. (1974), p. 1 (Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional, em organização, caixa 6388).

²⁰ Cassete n.º 13, 2000.

dinamização uma oportunidade para tal. Neste sentido, atente-se às palavras de Vespeira, um dos artistas plásticos mais comprometidos com a revolução, que, ao reflectir sobre o trabalho que produziu nessa altura, não aponta rupturas estéticas em relação ao seu percurso artístico:

O que fizemos tinha a ver com a linguagem de cada um. No meu caso tinha que ver com as minhas coisas gráficas. No caso do João Abel [Manta] tinha a ver com os *cartoons* que ele fazia. Outros faziam coisas mais populares, como é o caso do Rogério Amaral que fez um cartaz com a cabeça de um camponês. O meu propósito e iniciação na arte pública é fundamentalmente imaginativa e carregada de improvisos e de coisas fugidias, sem levar especificamente uma mensagem para A, B ou C. Não havia um propósito estético [...] O que interessava era sermos anti-fascistas e estarmos na rua a fazer coisas²¹.

Importa sublinhar que existiram outras áreas que, apesar de não terem sido contempladas no *Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político*, assumiram algum destaque no quadro desta iniciativa, como é o caso do desporto e da agricultura, em articulação com a Direcção-Geral dos Desportos e com o Ministério da Agricultura, respectivamente. Aquando da reestruturação da CODICE sob a égide da “Acção Cívica”²², a intervenção na área da agricultura assumiu especial destaque, assistindo-se à criação do Departamento da Agricultura²³. Com a reforma agrária na agenda do MFA urgia preparar e esclarecer as populações sobre um pacote legislativo que enformava a nova política agrária para as zonas de agricultura familiar situadas no Norte e no Centro do país. Em colaboração com o Instituto de Reorganização Agrária (IRA) e com o Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (SADA)²⁴, o trabalho deste departamento reflectiu a política do IV

²¹ Cassete n.º 3, 2000.

²² Esta reestruturação é acompanhada por alterações na estrutura da CODICE, surgindo um conjunto de gabinetes com responsabilidades em áreas muito específicas: Gabinete de Apoio Técnico (com os Departamentos da Agricultura, Pescas, Economia, Engenharia, Saúde), Gabinete de Apoio à Dinamização Cultural, Gabinete de Apoio à Emigração e Relações com os Novos Países Africanos, Gabinete de Coordenação da Informação, Esclarecimento e Meios de Comunicação e, por fim, o Gabinete de Organização das Campanhas.

²³ No terreno, o trabalho das equipas de dinamização centrou-se em torno das seguintes medidas: apoio às cooperativas agrícolas e extinção dos grémios da lavoura, intervenção ao nível da comercialização de produtos agrícolas e gados, extinção de foros e devolução dos baldios às populações, lei do arrendamento rural, lançamento do crédito agrícola de emergência, implementação de seguro das culturas e gados, introdução do sistema de segurança social, informação e esclarecimento dos agricultores e apoio à organização de associações que os representassem.

²⁴ “Resumo das actividades concretizadas no sector de apoio técnico”, cit. in Correia *et al.* (s. d., p. 245).

Governo Provisório, preocupado em “melhorar a situação económica da agricultura familiar e possibilitar-lhe uma maior autonomia face aos detentores dos patrimónios fundiários, que tradicionalmente detinham o controlo do quadro institucional e as posições preponderantes na regulação da vida económica, a nível local” (Baptista, 2001, p. 197), procurando também inverter o descontentamento que a política de preços tinha despoletado (Carvalho, 1984).

PORTUGAL, ANOS 70

O país que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA desvelaram era o resultado das políticas empreendidas por um regime ditatorial que se prolongou por quarenta e oito anos (1926-1974).

Substantivamente, o “subdesenvolvimento” propalado pelos protagonistas das campanhas ancorava-se numa situação de debilidade estrutural do país. Em traços gerais, os anos 70 do século xx foram marcados no plano económico por inúmeras dificuldades e contradições agravadas pela crise internacional provocada pelo impacto do choque petrolífero de 1973 e pela consequente recessão económica internacional, que veio interromper o longo ciclo de prosperidade europeia do pós-guerra (Rosas, 1999, p. 13). À data da eclosão do golpe militar em 1974, e numa perspectiva internacional, Portugal era um dos países menos desenvolvidos e o mais antigo império colonial europeu — em guerra desde 1961 —, garante da sua posição semiperiférica na região europeia do sistema mundial (Santos, 1993, p. 20). Segundo Corkhill (2004), o país mantinha, assim, “as suas deficiências estruturais: falta de mão-de-obra qualificada, emigração em massa, uma agricultura atrasada e marginalizada do processo de mudança, hiperconcentração de empresas industriais e financeiras, e uma pesada máquina burocrática, dirigista e, por vezes, ineficiente e corrupta, que deitaram abaixo a economia nos mais ínfimos pormenores” (2004, pp. 230-231).

As condições de saúde e higiene eram precárias, tendo Portugal uma alta incidência de doenças há muito erradicadas noutros países europeus. O movimento das populações do campo para as cidades aumentou os índices de pobreza nas áreas urbanas, agravada pela ausência de uma política habitacional adequada. Apesar de terem perdido peso na economia e na sociedade, em 1974, cerca de dois quintos da população do continente ainda viviam em explorações agrícolas (Baptista, 2001, p. 133). Os níveis de escolaridade eram baixos e a pobreza endémica era um dos aspectos da vida social portuguesa (Fields, 1976), a par da existência de uma polícia política repressora e de um forte domínio da Igreja que procurava regular a família,

uma das pedras angulares da ideologia do Estado Novo (Almeida e Wall, 2001). Em síntese, e na formulação de Fields:

This [...] was the soil out of which the MFA Revolution grew. The apathy, depression, grief, and pain were elements sown by a political-economic system which maintained law and order in Portugal for 50 years [1976, p. 65].

Contudo, esta não foi a imagem que o Estado Novo arquitectou do país. Para a construção de um universo simbólico que “ideologicamente facilitasse o funcionamento sem sobressaltos do sistema político que pretendia impor” (Félix, 2003, p. 211), o regime dotou-se, a partir dos anos 30 do século XX, de diferentes organismos²⁵ que vão executar a sua política folclorista, centrada nos conceitos de nação e de tradição, e que visava a construção de um consenso nacional neutralizador dos seus conflitos globais (Branco, 1999). De facto, a cultura hegemónica *estado-novista* que procurava “explicar aos portugueses a identidade de si”²⁶ debelou resistências e suscitou o aparecimento de outras, criando condições para a “emergência de uma imagética ruralizante que, num contexto de ausência de competição pelo espaço público, nele se torna hegemónica” (Castelo-Branco e Branco, 2003, p. 11).

CAMPONESES E FASCISMO

No dia 26 de Abril de 1975 é inaugurada na Galeria de Arte Moderna, em Lisboa, a exposição itinerante “Portugal, Um Ano de Revolução, 1974-1975”²⁷, que iria percorrer algumas localidades do país, as comunidades de emigrantes portuguesas na Europa e ainda os “países socialistas”²⁸. O tom celebratório presente nos textos e nos elementos iconográficos disponibiliza-

²⁵ A política cultural desenvolvida pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) — que em 1944 se transforma em Secretariado Nacional de Informação (SNI) — constitui, desde os anos 90, um profícuo campo de estudos, como o comprovam os trabalhos de Paulo (1994) e de Ramos do Ó (1999). Também Melo (2001) contribui para esta área de estudos, analisando o papel de outras instituições governamentais, para além do SPN/SNI, através da actividade de organismos como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) e o Ministério da Educação Nacional. Neste contexto, importa ainda referir as diferentes contribuições reunidas por Castelo-Branco e Branco (2003) sobre o processo de folclorização em Portugal neste período.

²⁶ Palavras de António Oliveira Salazar citadas por Ramos do Ó (1999, p. 30).

²⁷ Da sua comissão organizadora fizeram parte a 5.ª Divisão/EMGFA, a Associação Portugal-RDA, os Ministérios da Comunicação Social, da Educação e Cultura e dos Negócios Estrangeiros e ainda a Secretaria de Estado da Emigração.

²⁸ *Portugal, Um Ano de Revolução, 1974-1975* (catálogo de exposição), Damaia, 1975.

dos pelo catálogo que acompanhou a exposição rivaliza com a imagem de um país tolhido, que urgia denunciar e tornar visível, ilustrando a importância da denúncia do legado fascista no processo de “reconstrução do país”. Disso é exemplo o texto assinado por Ramiro Correia:

48 anos de fascismo. 14 anos de guerras coloniais. 32% de analfabetos. 10% de população emigrada. Milhares e milhares de mortos e inválidos de guerra. Índices sanitários dos mais baixos da Europa. Problemas dramáticos de habitação. Economia desastrosa. Prestígio internacional nulo. Repressão. Tortura. Censura. Corrupção.

Foi neste clima de tragédia que na madrugada de 25 de Abril o MFA e o Povo iniciaram a árdua caminhada para a construção da sociedade socialista em Portugal [...]

O facto de o fascismo português ser, porventura, o mais estéril, o mais atrasado, o mais feudal dos fascismos, poderá proporcionar-nos a possibilidade de construir uma sociedade sem grandes convulsões. Poderá [*Portugal, Um Ano de Revolução, 1974-1975, 1975*].

Como afirma Elster (1998), nos processos de transição do autoritarismo para a democracia, os novos regimes ajustam contas com os seus passados pré-democráticos. E, neste sentido, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, a par dos outros movimentos congéneres, assumiram um importante papel na denúncia do legado fascista (Pinto, 2004, p. 100).

Ao privilegiar como modo de actuação o contacto directo com “cada comunidade”, permitindo às diferentes equipas de dinamização proceder ao diagnóstico das suas principais carências, o MFA apresentou-se como “locutor legítimo” (Bourdieu, 1998 [1982]) do povo português, isto é, reconhecia a sua própria autoridade para falar de e por um país que procurava transformar. Como afirmou Stoer, o MFA surgiu como “a única organização capaz de projectar a imagem de uma cultura, de um povo, de uma revolução” (1986, p. 176).

Recorrendo a uma “estratégia de auto-apresentação positiva” (van Dijk, 2005, p. 24), num discurso de valorização de si, o MFA procurou criar um elo de cumplicidade com a população, cristalizada no célebre projecto de aliança “Povo-MFA”. Tal como observou Molero (2002) em relação aos discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez, o sujeito emissor do discurso — no presente caso, o MFA — surge como um sujeito colectivo, anuncia-se como um agente de mudança, ao passo que ao seu oponente político, o fascismo e os “elementos beneficiados pelo regime anterior”²⁹,

²⁹ Directiva da 5.ª Divisão/EMGFA, s. d. (1974) p. 5 (Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo Aida Ferreira, caixa “CIASC Central VI, Pasta Documentação Recolhida Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Central”).

são atribuídas as causas do processo de degradação do país. Assim, através do recurso a um discurso dicotómico, os protagonistas desta iniciativa procuravam impor uma visão sobre o mundo social assente num processo de circunscrição dos seus adversários, sendo a partir do regime deposto que se “imaginou” (Anderson, 1991) a nação democrática.

Apesar de procurar contrariar a versão folclórica do país e a “retórica da invisibilidade” promovidas pelo Estado Novo, o distanciamento do MFA em relação a este discurso não se fez, no quadro das campanhas de dinamização cultural, ao nível da categoria seleccionada para representar o país, recorrendo-se antes a um *stock* de imagens e concepções já existentes³⁰, legíveis através da escolha dos camponeses e da ruralidade nortenha como destinatários privilegiados das suas acções.

Deste modo, os camponeses são “ressemantizados” à luz de uma mundividência revolucionária, na qual se entrecruzam imagens que ora se opõem, ora se complementam, fundando uma paisagem discursiva fortemente ambígua, na qual rivalizam diferentes representações da ruralidade. Nela se projecta o país empobrecido, o país autêntico e o país revolucionário.

Como analisei noutros lugares (v. Almeida, 2007a e 2007b), a ruralidade é objecto de representações positivas, num processo de valorização das culturas locais, fazendo-se a apologia da sua autenticidade, a qual teria sido manipulada pela política folclorista do Estado Novo. Do mesmo modo, promove-se a ideia de que o potencial político do camponês era algo que se encontrava latente e que necessitava apenas de ser despertado, reconhecendo-se a sua aptidão para corporizar o novo projecto político, tendo as campanhas de dinamização cultural uma “função redentora” (Veiga, 2002).

Paradoxalmente, estas imagens vão competir com representações negativas sobre a cultura camponesa, que marcam de forma indelével esta paisagem discursiva. Através do nexo “camponeses-fascismo” é possível aceder ao Portugal empobrecido e “desmonumentalizado” (Leal e Branco, 1995), surgindo o mundo rural como um espaço a partir do qual se constrói a crítica ao atraso do país, nos moldes da *contra-pastoral*³¹ proposta por Williams (1990 [1973], pp. 27-55).

Nesta narração negativa da nação, o atraso³² é justificado como resultado das políticas do Estado Novo, surgindo como sinónimo de “subdesenvol-

³⁰ A bibliografia sobre a dicotomia continuidade vs. ruptura nas mudanças de regime é assinalável (Faure, 1989; Lebovics, 1992; Peer, 1998). Para o caso português, v. Leal (2000) e Castelo-Branco e Branco (2003).

³¹ Como o próprio nome indica, este género estabelece-se numa relação de oposição semântica relativamente à pastoral, género cuja génese Williams situa na Antiguidade clássica e que se caracteriza por uma sedução cidadina pelo campo, que é visto como um espaço de virtudes, onde a adversidade é depurada. Sobre a ideologia pastoral, v. também a obra fundamental de Leo Marx (2000 [1964]).

³² V. Lains (2003) para a centralidade da ideia de “atraso económico” na historiografia portuguesa.

vimento” e adquirindo, nessa época, uma posição central em termos culturais, económicos e políticos, o que irá justificar uma acção mais orientada para as zonas de agricultura familiar do Centro e Norte do país. Neste sentido, vejam-se as declarações de Ramiro Correia proferidas a 21 de Dezembro de 1974 numa entrevista ao jornal *Sempre Fixe*:

Arrancar um país ao sub-desenvolvimento económico, cultural e também político constitui obra complexa, de envergadura e a longo prazo. A história não se faz a curto termo [...]

Está fora de dúvida que em 25 de Abril as Forças Armadas encontraram o País numa situação de depauperamento. Além dos problemas decorrentes da guerra colonial, ainda tínhamos os problemas de uma sociedade subdesenvolvida, económica e culturalmente, como consequência do fascismo. E de um dos tipos de fascismo mais obscurantista que tem existido na história [...]

Herdámos um país em que Lisboa era a capital macro-céfala e o resto do País vivia completamente vazio, pela emigração, pelo sub-desenvolvimento absoluto. Estamos a procurar agora — e isso tem que ser feito com o povo, pois não podem ser apenas as Forças Armadas — uma descentralização que procure regionalizar o desenvolvimento económico, social e cultural³³.

E é justamente a versão cultural do atraso que surge nos documentos preambulares que enquadraram a dinamização cultural e nas declarações proferidas na época pelos seus responsáveis, sugerindo a apropriação do conceito de cultura na tematização do estado de decadência do país. Como anteriormente foi referido, o “subdesenvolvimento cultural” de “certas zonas”³⁴ foi apresentado como justificação do *Programa de Dinamização Cultural* que delineou como objectivo uma intervenção na área da cultura, granjeando o interesse de diferentes intelectuais. No editorial do *Movimento*, que chama para primeira página a recém-apresentada dinamização cultural, pode ler-se:

[...] A cultura é sempre condicionada pela sua época e representa a humanidade na medida em que corresponde às ideias e aspirações, às necessidades e esperanças de uma determinada situação histórica, cria também uma procura constante de desenvolvimento.

A cultura é uma arma perigosa para os sistemas opressivos, pois que leva a uma compreensão dos fenómenos sociais, que cria nos homens

³³ *Sempre Fixe*, 21-12-1974, pp. 1 e 5.

³⁴ Estado-Maior-General das Forças Armadas, 5.ª Divisão, Programa de Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Central, s. d. (1974), p. 1 (Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional, em organização, caixa 6388).

necessidade de alterá-los. À medida que se dá o progresso da ciência e da técnica, as sociedades têm também que ir acompanhando este desenvolvimento de modo a adaptarem-se às novas relações de produção.

Esta a razão de se ter vivido durante 48 anos no obscurantismo e concomitantemente o desenvolvimento do País ser dos mais baixos da Europa. Havia que manter as relações de produção no estado em que estavam, para não haver necessidade de alterar as relações sociais e, portanto perderem-se os privilégios adquiridos.

Cultivava-se o mito do “bom camponês”, ao qual restava “saber ler e escrever, para ser feliz...”.

A cultura era restringida a elites localizadas em centros privilegiados, e desligados dos problemas reais³⁵.

Esta crítica ao movimento folclorista do Estado Novo ressoa também nos discursos actuais dos protagonistas da dinamização cultural, cujo posicionamento em relação ao que consideram folclore e cultura popular funda um campo discursivo fortemente negativo. Atente-se nas palavras de uma colaboradora da CODICE que trabalhou na área da educação em Castro Daire:

O nosso papel foi dinamizar esse potencial humano que, de facto, foi ostracizado por um sistema social que impedia que as pessoas fossem valorizadas. Portugal era o folclore, era aquela dimensão de bilhete-postal para o urbano ver³⁶.

Apreciados sob o ponto de vista do “outro”, folclore e cultura popular surgem como o resultado de um processo de falsificação da cultura pelo fascismo. Nesta conjuntura de mudança procurou-se desocultar uma autenticidade silenciada, instrumentalizando-a à luz da agenda revolucionária. Deste modo, o projecto de descentralização cultural serviu também para pensar o atraso cultural do país e criticar a “política cultural fascista”, constituindo um instrumento para “pensar” o “povo-vítima”, concebido como “objecto de folclore”³⁷.

Contudo, importa sublinhar que a partir da primeira campanha, realizada na zona da Guarda em Novembro de 1974, se assiste a uma mudança na tematização do atraso que, apesar de contemplar a importância da participação do sector intelectual, irá diagnosticar os “outros atrasos” que a ditadura propiciou. Desde então, é sobretudo a partir da esfera política e económica que se concebe e enceta a crítica do país, subalternizando-se a versão cultural presente nos pressupostos iniciais das Campanhas de Dinamização

³⁵ *Movimento*, n.º 4, 12-11-1974, p. 1.

³⁶ Cassete n.º 9, 2000.

³⁷ *Movimento*, n.º 9, 28-1-1975, p. 3.

Cultural e Acção Cívica do MFA. Neste sentido, num balanço sobre esta campanha intitulado “Fortalecer as raízes da madrugada”, publicado no boletim *Movimento*, podemos ler:

Agora sabemos todos como é difícil a vida nestas terras. Estrada. Assistência sanitária. Escolas. Agricultura. Indústria. Emigração. Todo um duro trabalho de reconstrução à nossa frente. Somos um povo antigo. Temos uma longa história. Já ultrapassámos inúmeras dificuldades [...] Sabemos bem que no Distrito da Guarda se torna urgente uma acção decidida para libertar o povo. Vimos e ouvimos os caciques, os ex-ANP, os ex-Pides, alguns elementos reaccionários do clero solidamente implantados nas comunidades, explorando a boa fé e o pouco esclarecimento do povo para, a coberto de mascaradas “democráticas”, o enganarem [...]

Sabemos que a realidade política do Distrito da Guarda se estende a outras regiões do País. E estamos bem conscientes do perigo que representa no caminho da democratização em que estamos intransigentemente empenhados³⁸.

Este debate vai então estruturar-se em torno de temáticas precisas, reveladoras da competência dos agentes envolvidos que fazem a apologia dos aspectos positivos das suas propostas, contribuindo para a construção de um estereótipo do mundo rural português. Neste sentido, o “atraso” das comunidades rurais foi conceptualizado a partir das estruturas emblemáticas do poder local do Estado Novo: caciquismo e Igreja. Estes são perspectivados como adversários a combater, devido aos obstáculos que colocavam ao cumprimento dos objectivos da revolução, e são também convocados na construção de um discurso desculpabilizador do “apoliticismo” (Riegelhaupt, 1981) e do comportamento não revolucionário do camponês. As observações do responsável pela campanha realizada em Castro Daire reflectem bem este tipo de concepção. Nos seus cadernos de apontamentos anotou, com pormenor, as principais carências e os pedidos das populações, fazendo reflexões regulares sobre a realidade que observava:

- “a) Obscurantismo mitológico do povo em geral.
- b) Actividade perniciosa do clero, sua ignorância política e desinteresse pelas realidades sociais. Sua incapacidade de compreensão da dinâmica da revolução. Seu divórcio em relação ao processo.
- c) Métodos fascistas, de caciquismo, pressões sociais, recurso à posição social, ao lugar, etc., para a adesão ao voto das populações, anunciando-lhe tempos apocalípticos, aconselhando-lhe a renúncia, a agressão ao esclarecimento político [...]

d) A miséria generalizada em que os povos se encontram e a sua resignação criminosamente preparada e mantida:

- Ao nível da igreja promete-se a eternidade de resignação e da exploração psicológica e física.
- Ao nível dos partidos com a ameaça dos partidos do diabo, que roubam crianças, matam os velhos, roubam a religião, etc. [...]”³⁹.”

Para além destes *topoi*, a versão “desmonumentalizadora” da ruralidade recorrerá ainda a um outro: o da economia camponesa. Note-se que, no quadro de uma matriz revolucionária, que procurava implementar um conjunto de reformas estruturais, o atraso económico diagnosticado pelas campanhas de dinamização cultural foi utilizado para ilustrar os danos do regime autoritário. Para alguns dos “dinamizadores”, as campanhas possibilitaram uma aproximação a um país desconhecido, revelando os seus discursos uma ruralidade plena de adversidades:

Era chocante, era chocante. Quer dizer, para mim que sou alentejano e sei o que era o mundo rural alentejano, com aquela divisão da propriedade e a miséria que daí decorria. Era a imagem que eu tinha do mundo rural até essa altura. Entretanto, com esta campanha deparei-me com um mundo rural diferente, talvez não a existência de gente sem terra. Muitas das vezes com um bocadinho aqui e acolá mas em que a miséria e o estado de deficiência era qualquer coisa atroz [...] Era uma miséria, numa forma mais desumana, um domínio psicológico total pela igreja, por dois ou três senhores, havia uma subjugação psicológica, física e psicológica das pessoas [...] Mas depois quando confrontadas com as situações como aquelas que nós encontramos, as pessoas ficavam completamente fora delas. E muitas modificaram completamente a sua forma de estar perante as coisas e tornaram-se militantemente dinamizadores e a favor das transformações sociais. Eram situações de tal ordem desumanas que não era possível escamotear, não era possível admitir que existissem neste século⁴⁰.

Ou atente-se ainda na descrição mais especializada de um dos médicos que colaboravam nas campanhas:

Um país do terceiro mundo. Mas muito do terceiro mundo. Posso lhe dizer que doenças erradicadas no início do século [XX] eu vi-as, o que para a minha formação técnica foi bom, mas ao mesmo tempo foi ne-

³⁹ Caderno de apontamentos 1, 20-3-1975 a 7-4-1975 (arquivo particular de Manuel Cruz Fernandes).

⁴⁰ Cassete n.º 14, 2000.

gativo. São situações que não deveriam existir: tétanos com fartura lá em cima em Trás-os-Montes. Uma prática que era usual naquela região era nas feridas, por bosta de boi. Isto é inconcebível! Vi doenças, como desproteizações graves como se via no Biafra, porque em vez de darem leite às criancinhas, o leite era para alimentar os bezerros, e às criancinhas davam-se sopas de vinho e biberões com vinho branco, como eu vi em bebês. Lembro de ver miúdos com cirroses hepáticas alcoólicas com três anos. Vi coisas indescritíveis pelo atraso [...] Certas doenças, como a lepra que só existe em sociedades muito atrasadas, não é? Pontualmente pode haver casos de contacto, mas fora disso isso significava falta de higiene e eu vi casos, vi na Beira [...] As campanhas serviram para constatar o atraso em que o país se encontrava. Estávamos a uma grande distância da “Europa civilizada”, sobretudo o interior do país⁴¹.

O desvelar desta ruralidade árdua serviu igualmente para legitimar e potenciar a indispensabilidade de algumas das propostas do MFA, nomeadamente no quadro das estruturas agrárias. Neste sentido, leiam-se as reflexões vindas do centro-director da campanha “Maio-Nordeste”:

Neste distrito, essencialmente agrícola, não há muitos latifundiários, praticando-se uma agricultura atrasada tecnicamente e de minifúndio. Os mais ricos são alguns comerciantes (intermediários), profissionais liberais e antigos senhores absentistas e decadentes.

A reacção apoia-se nestes grupos, no clero, numa boa parte do professorado e do funcionalismo público. O “cacique” não é forçosamente um reaccionário e os mais pobres não são forçosamente revolucionários. Os esquemas válidos no sul não podem ser mecanicamente transportados para esta região sob pena de se cometerem graves erros⁴².

Publicado no início do Verão de 1975, este excerto, marcado pela divisão ideológica entre o Norte e o Sul, é revelador de uma dificuldade em encontrar uma retórica adequada ao contexto da agricultura de minifúndio. Contudo, uma aproximação foi tentada principalmente através do *dossier* dos baldios⁴³, uma das medidas do pacote legislativo relativo às novas políticas agrárias para as zonas de agricultura familiar situadas no Norte e no Centro

⁴¹ Cassete n.º 44, 2005.

⁴² Centro director, campanha Maio-Nordeste, Bragança, 22-6-1975, p. 2 (arquivo particular Manuel Madeira).

⁴³ Em Agosto de 1975, o V Governo Provisório aprovou um diploma que consagrava a devolução dos baldios às populações. Contudo, o VI Governo Provisório viria a travar a sua saída, só entrando em vigor as medidas legislativas que enquadravam aquela devolução em Janeiro de 1976 (Baptista, 2001).

do país. Desta forma, as debilidades das populações rurais foram diagnosticadas também a partir da política florestal do Estado Novo e do seu impacto na economia camponesa:

O roubo dos baldios destruindo os seus padrões económicos e consequentemente culturais, é um caso exemplar dos processos utilizados pelo regime que vigorou durante 48 anos. Assim se perdeu uma tradição de gestão comunal. Assim se perdeu a prática da mútua de gado, do “touro e bode” da aldeia, do regime colectivo das regas, dos pastos comunais. Toda essa quebra violenta de pensar e viver colectivamente alimentou a filosofia individualista que torna essas populações presas fáceis do caciquismo e do obscurantismo que não cessa de alimentar essas práticas negativas [Correia *et al.*, s. d., pp. 111-112].

Ao longo da história, estes terrenos foram alvo de constantes tentativas de usurpação por parte do Estado ou dos “grandes senhores”, constituindo um símbolo de resistência das populações rurais, sobretudo em regiões de minifúndio (Rodrigues, 1987). Durante o Estado Novo, a intensificação das acções de contestação foram o espelho de uma política florestal (Freire, 2004) que retirou às comunidades rurais cerca de 320 000 hectares baldios, dos quais florestou cerca de 90% (Baptista, 2001). Contudo, importa assinalar que, no quadro das campanhas, estes terrenos foram utilizados pelo MFA sobretudo para ilustrar a opressão estatal sobre as populações rurais, e não tanto como exemplo de resistência das mesmas à sua política agrária⁴⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, enquanto uma das propostas da agenda revolucionária, foram o resultado da confluência de projectos individuais e colectivos, metamorfoseando-se ao longo da sua vigência de acordo com a experiência e conhecimento das realidades nas quais se propuseram intervir, como foram também o reflexo do próprio rumo do processo de transição democrática.

Para reforçar a sua legitimidade, os protagonistas destas acções, concebidos como intérpretes de um país a que se procurava dar visibilidade (Neiburg, 1997), ocuparam um “território” privilegiado (Bauman, 1989 [1987], p. 9) para a formulação e transmissão de imagens sobre Portugal, fundando um campo discursivo paradoxal no qual o nexó “camponeses-

⁴⁴ Importa sublinhar, porém, que os baldios, ao mesmo tempo que possibilitaram aceder a uma imagem “desmonumentalizadora” do camponês enquanto vítima do regime ditatorial, permitiram, a partir de uma outra característica das populações rurais — o comunitarismo —, debater a colectivização da propriedade e do trabalho no quadro mais alargado da “caminhada” do país rumo ao socialismo (v. Almeida, 2007a).

-fascismo” assumiu um papel axial na “contra-pastoral revolucionária” que constitui uma das versões da esquerda militar e civil sobre o Portugal dos campos. Organizada em torno das fragilidades das populações rurais em áreas como a cultura, a política e a economia, esta visão antibucólica do país procurou, por um lado, apresentar Portugal aos portugueses e, por outro lado, conquistar a adesão dos camponeses para o projecto revolucionário ao confrontá-los com as suas próprias debilidades.

FONTES

ENTREVISTAS

Cassete n.º 2, 1999.
Cassete n.º 3, 2000.
Cassete n.º 6, 2000.
Cassete n.º 9, 2000.
Cassete n.º 10, 2002.
Cassete n.º 13, 2000.
Cassete n.º 14, 2000.
Cassete n.º 15, 2000.
Cassete n.º 44, 2005.
Cassete n.º 45, 2006.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional (em organização).
RDP — Arquivo Histórico.
Centro Documentação 25 de Abril — Universidade de Coimbra.
Arquivo particular de Manuel Cruz Fernandes.
Arquivo particular de Manuel Madeira.

PERIÓDICOS

Diário de Notícias, 26-10-1974, p. 5.
Inimigo Público, suplemento do jornal *Público*, ano xv, n.º 5143, 23-4-2004, p. 3.
Movimento, Boletim Informativo das Forças Armadas, ed. 5.ª Divisão/EMGFA.
Sempre Fixe, 21-12-1974, pp. 1 e 5.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. N. DE, e WALL, K. (2001), “Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança”. In J. M. B. de Brito (ed.), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 277-307.
- ALMEIDA, S. V. DE (2007a), *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*. Tese de doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE.
- ALMEIDA, S. V. DE (2007b), “‘A caminhada até às aldeias’. A ruralidade na transição para a democracia em Portugal”. *Etnográfica*, 10 (1), Celta/CEAS, pp. 115-139.
- ANDERSON, B. (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Nova Iorque, Verso.

- BAPTISTA, F. O. (2001), “O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra”. In J. M. B. de Brito (ed.), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 133-207.
- BAUMAN, Z. (1989 [1987]), *Legislators and Interpreters: On Modernity, Post-Modernity, and Intellectuals*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, P. (1998 [1982]), *O Que Falar Quer Dizer. A Economia das Trocas Linguísticas*, Lisboa, Difel.
- BRANCO, J. F. (1999), “A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal”. *Etnográfica*, 3 (1), Lisboa, CEAS/Celta, pp. 23-48.
- CARVALHO, A. (1984), *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período de 1960-1975*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- CASTELO-BRANCO, S. El-S., e BRANCO, J. F. (orgs.) (2003), *Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- CORKHILL, D. (2004), “O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo”. In F. Rosas e P. A. de Oliveira (coords.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 213-232.
- CORREIA, R., et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro.
- CRUZEIRO, M. M. (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias/Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
- DIONÍSIO, E. (1993), *Títulos, Acções e Obrigações (A Cultura em Portugal, 1974-1994)*, Lisboa, Edições Salamandra.
- ELSTER, J. (1998), “Coming to terms with the past. A framework for the study of justice in the transition to democracy”. *Archives européennes de sociologie*, XXXIX (1), pp. 7-48.
- FAURE, C. (1989), *Le projet culturel de Vichy, folklore et revolution nationale 1940-1944*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- FÉLIX, P. (2003), “O concurso ‘A aldeia mais portuguesa de Portugal’ (1938)”. In S. El-S. Castelo-Branco e J. F. Branco (orgs.), *Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 207-232.
- FERREIRA, J. M. (1993) (eds.), *Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. 8. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- FERREIRA, J. M. (2001), “Os militares e a evolução política interna e externa (1974-1982)”. In J. M. B. de Brito (ed.), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 11-61.
- FIELDS, R. (1976), *The Portuguese Revolution and the Armed Forces Movement*, Nova Iorque, Londres, Washington, Praeger Publishers.
- Freire, D. (2004), “Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado”. In D. Freire, I. Fonseca e P. Godinho (eds.), *O Mundo Rural, Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Colibri/CEEP, pp. 191-224.
- GIL, J. (1995), *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio de Água.
- GONÇALVES, V. (1976), *Vasco Gonçalves, Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*, Lisboa, A. P. da Gama.
- LAINS, P. (2003), *O Progresso do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- LEAL, J. (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, *Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- LEAL, J., e BRANCO, J. F. (1995), “Introdução”. *Revista Lusitana* (nova série), 13-14, pp. 1-12.
- LEBOVICS, H. (1992), *True France. The Wars over Cultural Identity 1900-1945*, Ithaca, Cornell University Press.
- Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975*, Lisboa, Livraria Ler Editora, 1984.
- MARX, L. (2000 [1964]), *The Machine and the Garden. Technology and the Pastoral Ideal in America*, Oxford, Nova Iorque, Oxford University Press.

- MELO, D. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MOLERO, L. (2002), “Lengua, cultura y poder en el discurso político”. In *Cultura & Política, Actas IX Congreso de Antropología de la Federación de Asociaciones de la Antropología del Estado Español*, FAAEE/ ICA, Barcelona, publicação em CD-ROM.
- NEIBURG, F. (1997), *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Ó, J. R. DO (1999), *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Estampa.
- PAULO, H. (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva.
- PEER, S. (1998), *France on Display. Peasants, Provincials and Folklore in 1937 Paris World Fair*, Nova Iorque, State University of New York Press.
- PINTO, A. C. (2004), “Ajustando contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”. In A. B. Brito et al. (eds.), *Política da Memória, Verdade ou Justiça na Transição para a Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 87-108.
- Portugal, Um Ano de Revolução, 1974-1975* (catálogo de exposição), Damaia, 1975.
- REIS, A. (1994), “O processo de democratização”. In A. Reis (ed.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 19-39.
- REZOLA, M. I. (2002), “Del movimiento de los capitanes al consejo de la revolución: la cuestión electoral y el debate en torno a la institucionalización del Movimiento de las Fuerzas Armadas”. *Historia y Política*, 7, Madrid, pp. 181-209.
- RIEGELHAUPT, J. F. (1981), “Camponeses e o Estado liberal: a revolta da Maria da Fonte”. *Estudos Contemporâneos*, 2-3, Porto, pp. 129-139.
- RODRIGUES, M. (1987), *Os Baldios*, Lisboa, Caminho.
- ROSAS, F. (1999), “O marcelismo e a crise final do Estado Novo”. In F. Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976) — I Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998, Fundação Mário Soares/IHC-FCSH, Edições Colibri, pp. 9-27.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. (1995), *La Revolución Portuguesa y su Influencia en la Transición Española (1961-1976)*, Madrid, Nerea.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. (1996), “O 28 de Setembro”. In J. Medina (ed.), *História de Portugal*, vol. XIV, Lisboa, Clube Internacional do Livro, pp. 81-94.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. (2000), “Las transiciones democráticas”. In H. de la Torre (ed.), *Portugal y España Contemporâneos*, Madrid, Marcial Pons, pp. 163-187.
- SANTOS, B. DE S. (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. DE S. (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”. In B. de S. Santos (ed.), *Portugal: Um Retrato Singular (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, pp. 17-55.
- SIRINELLI, J.-F., e ORY, P. (2004 [1987]), *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfuss à nous jours*, Paris, Éditions Perrin.
- STOER, S. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento.
- VAN DIJK, T. A. (2005), “El discurso como interacción en la sociedad”. In T. A. van Dijk (ed.), *El Discurso como Interacción Social*, Barcelona, Gedisa Editorial, pp. 19-66.
- VEIGA, I. L. DA (2002), “O boletim do MFA e o processo revolucionário português (Setembro 1974-Agosto 1975)”. In *Arquivos da Memória — Portugal 1974-1976-Processo Revolucionário em Curso*, 12-13, Lisboa, CEEP/Edições Colibri, pp. 61-81.
- WALLENSTEIN, C. (1974), “Teatro e animação cultural”. *Colóquio Artes*, 20, 2.ª série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 78-79.
- WILLIAMS, R. (1990 [1973]), *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, São Paulo, Companhia das Letras.